

**EDUCAÇÃO SEXUAL ESCOLAR E O MOVIMENTO FEMINISTA: PRODUÇÃO
DA REVISTA ESTUDOS FEMINISTAS NA DÉCADA DE ASCENSÃO DA
EXTREMA-DIREITA**

**SCHOOL SEX EDUCATION AND THE FEMINIST MOVEMENT:
PRODUCTION OF THE REVISTA ESTUDOS FEMINISTAS IN THE DECADE
OF RISE OF THE FAR RIGHT**

**LA EDUCACIÓN SEXUAL EN LAS ESCUELAS Y EL MOVIMIENTO
FEMINISTA: LA PRODUCCIÓN DE LA REVISTA ESTUDOS FEMINISTAS EN
LA DÉCADA DEL ASCENSO DE LA EXTREMA DERECHA**

MENDES, Gabriel de Almeida¹

ROCHA, Marcelo Borges²

Resumo:

No Brasil, a década de 2010 foi marcada pela ascensão de uma extrema-direita conservadora, que promoveu diversos retrocessos e ataques ao movimento feminista, a comunidade LGBTQIAP+ e a implementação da educação sexual escolar. O artigo faz um resgate histórico da ascensão dessa extrema-direita bem como da implementação da educação sexual escolar no Brasil. Por meio de uma revisão sistemática do que foi produzido a respeito da educação sexual escolar na Revista Estudos Feministas entre 2010 e 2020, o estudo destaca a importância dos movimentos sociais e da pesquisa acadêmica na resistência contra o retrocesso epistemológico. Ao todo foram encontrados 23 trabalhos que foram analisados por meio de descritores gerais e específicos buscando analisar seus aspectos institucionais e particulares.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Sexual; Movimento Feminista, Extrema-direita brasileira

¹ Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, Rio de Janeiro, Brasil. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-7391-7683>. E-mail: mendesbio88@gmail.com

² Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca - CEFET/RJ, Rio de Janeiro, Brasil. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-4472-7423>. E-mail: rochamarcelo36@yahoo.com.br

Abstract:

In Brazil, the 2010 decade was marked by the rise of a conservative far right, which promoted several setbacks and attacks on the feminist movement, the LGBT community and the implementation of school sex education, among others. The paper provides a historical review of the rise of this far right as well as the implementation of school sex education in Brazil. Through a systematic review of what was produced about school sex education in the Revista Estudos Feministas between 2010 and 2020, the study highlights the importance of social movements and academic research in resisting the epistemological setback. In all, 23 papers were found that were analyzed using general and specific descriptors, seeking to analyze their institutional and particular aspects.

KEYWORDS: Sex Education; Feminist Studies; Brazilian Far Right

Resumen:

En Brasil, la década de 2010 estuvo marcada por el surgimiento de una extrema derecha conservadora, que promovió varios retrocesos y ataques contra el movimiento feminista, la comunidad LGBTQIAP+ y la implementación de la educación sexual escolar. El artículo hace un rescate histórico del surgimiento de esta extrema derecha así como de la implementación de la educación sexual escolar en Brasil. A través de una revisión sistemática de lo producido sobre educación sexual escolar en la Revista Estudos Feministas entre 2010 y 2020, el estudio destaca la importancia de los movimientos sociales y la investigación académica para resistir el retroceso epistemológico. En total, se encontraron 23 obras que fueron analizadas utilizando descriptores generales y específicos, buscando analizar sus aspectos institucionales y particulares.

PALABRAS-CLAVE: Educación sexual; Movimiento feminista, extrema derecha brasileña

Introdução

No final da década de 1990 e início de 2000 um movimento denominado Onda Rosa, também chamado de Guinada à esquerda, Virada à esquerda ou pós-neoliberalismo se tornou um fenômeno na América do Sul com a eleição de várias lideranças de esquerda em países do bloco (SILVA, 2014). Os países que faziam parte desta Onda tinham como base comum a introdução no debate público de uma agenda social voltada para a ampliação dos direitos humanos, o pressuposto de um desenvolvimento classificado como sustentável e maior ascensão de discursos sobre diversidade (AGUIAR e PEREIRA, 2019).

No final da primeira década dos anos 2000 esses governos que compunham a Onda Rosa entraram em declínio, seja por denúncias de corrupção seja por reações às políticas sociais inclusivas, visto que “as políticas de proteção social tenderam a empoderar os mais pobres, gerando pressão e revolta das classes médias” (DE ALMEIDA, 2019, p. 187). Nesse contexto uma onda conservadora – tanto em âmbitos morais, quanto nas pautas econômicas – assolou os países da região que retornaram a eleger representantes de ideologias de direita, ou até mesmo extrema-direita (AGUIAR e PEREIRA, 2019).

O início da década de 2010 foi marcada por diversas turbulências no cenário político internacional. Severo (2020) cita como exemplo alguns movimentos como, a Primavera Árabe de 2010 que marcou uma onda de protestos em países do Oriente Médio e do norte da África contra os governos vigentes; o Movimento dos Indignados na Espanha de 2011 organizado pelas redes sociais e que levou a uma série de protestos por mudanças políticas no país; o Occupy Wall Street nos Estados Unidos em 2011, movimento de protestos contra corrupção, influência corporativa no governo e desigualdades sociais e econômicas; os manifestos do Movimento Estudantil no Chile entre 2011 e 2012 que levou estudantes universitários e do ensino secundário de instituições públicas e privadas a reivindicar por respostas do governo frente a exigências dos estudantes.

No Brasil, essa onda de movimentos inicia-se com as manifestações em junho de 2013. Inicialmente organizadas pelo Movimento Passe Livre (MPL) reivindicando contra o aumento das tarifas no transporte público, as manifestações acabaram atraindo diversos grupos e pessoas com pautas heterogêneas, entre elas as políticas econômicas de Dilma

Rousseff, do Partido dos Trabalhadores (PT) que estava no final do seu primeiro mandato. A ocupação das ruas foi determinante para a criação de novos grupos de direita, denominados de “nova direita”, que se desenvolveram se reconhecendo como horizontais e desligados de partidos políticos (AGUIAR e PEREIRA, 2019).

Três anos após as manifestações de junho, a primeira presidenta mulher do Brasil sofreu um golpe e foi retirada do poder por um processo de impeachment sendo substituída pelo seu vice Michel Temer. O que chama atenção na construção da deslegitimação do governo de Dilma Rousseff se seguiu nos anos posteriores no pensamento social e político brasileiro: as ofensas em relação a gênero, piadas sexistas, questionamento quanto a preferência sexual da presidenta e objetificação do corpo da mulher (AGUIAR e PEREIRA, 2019). O governo de Michel Temer foi marcado por uma significativa transformação ideológica, em comparação aos anos anteriores do PT, especialmente no que tange a participação feminina no poder público.

Tal período foi marcado no campo ideológico pela ascensão de uma extrema-direita de discurso conservador, nacionalista, do ponto de vista moral simpatizante do militarismo e alinhado com grupos neopentecostais. De acordo com matéria publicada na Revista Exame em 2016 que divulgou os resultados de uma pesquisa do Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (IBOPE), a sociedade brasileira atingiu o ápice do conservadorismo dos últimos anos em dezembro de 2016. De acordo com o levantamento, 54% dos brasileiros apresentaram posições tradicionais em relação a questões como legalização do aborto, casamento entre pessoas do mesmo sexo, pena de morte e redução da maioridade penal.

O período em questão foi marcado por discursos moralistas exacerbados, sobretudo nas redes sociais, o que culminou em dois fatores que mudariam os rumos do cenário político brasileiro: o “fator Bolsonaro” e a concretização de grupos neopentecostais nas políticas públicas.

Jair Messias Bolsonaro estava em meio de seu 6º mandato como Deputado Federal. Nos seus quase vinte anos de vida pública foi o que pode ser considerado como um “parlamentar de baixo clero” devido a sua falta de protagonismo, baixo número de projetos aprovados e pouco espaço na mídia. O parlamentar em questão começou a aparecer publicamente com mais frequência em meados de 2011, diante da tentativa de lançamento do “Kit de Combate a Homofobia”, do Ministério da Educação e Cultura, delineado a partir do projeto “Escola Sem Homofobia”. O material educativo foi

apelidado por Bolsonaro e outros, pejorativamente, como “Kit gay”. Devido às pressões, o governo recuou na distribuição do material que nunca chegou as escolas brasileiras.

Nesse período, Bolsonaro começou a ganhar espaço na mídia televisa, em especial em programas sensacionalistas e principalmente na internet onde proferia discursos claramente de cunho machista, homofóbico, saudosista da ditadura militar, armamentista, neopentecostal, moralista e no campo econômico defensor de empresários e da iniciativa privada. Fato que levou a uma onda de discursos da mesma natureza por parcela significativa da população, além de manifestações de ódio infundado a governos e ideologias de esquerda. Em 2014 Bolsonaro foi eleito para seu 7º mandato como Deputado Federal, dessa vez como o deputado mais votado no estado do Rio de Janeiro, em 2016, aparecia em 2º lugar nas pesquisas de intensão de votos para a futura eleição presidencial, o que levou a sua candidatura e eleição em 2018.

Com relação a religião neopentecostal, essa investiu na ocupação do aparelho do Estado desde a década de 1980, o que conduziu em gradual e progressivo aumento de cadeiras ocupadas no Parlamento (SILVA, 2017), que viriam a se consolidar somente em 2018. Neste ínterim, entre os anos de 1980 e 2018, muitas outras estratégias foram sendo adotadas, que materializaram-se na consolidação da Bancada da Bíblia, na disputa e ocupação crescente de suputa de representantes do segmento evangélico nas coordenações de Comissões Parlamentares, elaboração de projetos de lei, busca por indicações de cargos de comando, tal como exercido por Marcos Feliciano na presidência da Comissão Nacional dos Direitos Humanos em 2013, bem como a progressiva interferência em determinadas políticas públicas (SEVERO, 2020).

Apesar das inúmeras diferenças entre os contextos e matizes de cada representante da extrema-direita, bem como das razões e impactos que a suas ascensões têm acarretado às sociedades, existem muitos elementos em comum. Dentre eles, destacam-se as questões de rechaço aos direitos LGBTQIAP+³, defesa da família tradicional e valores cristãos, bem como demais valores morais conservadores (SEVERO, 2020).

³ Sigla que designa toda orientação sexual ou identidade de gênero que não se enquadra nos padrões cisheteronormativos, sendo: L = lésbicas, G = Gays, B = Bissexuais, T = Transsexuais/Transgêneros/Travestis, Q = Queer, I = Intersexo, A = Assexual, P = Pansexualidade, + = inclui outros grupos e variações de sexualidade e gênero que também não se encaixam na cisheteronormatividade.

Barroco (2009) já sinalizava que a família é um dos alicerces morais do conservadorismo e sua função é a de manutenção da propriedade. A mulher exerce o papel de agente socializador responsável pela educação moral dos filhos; por isso, essa perspectiva é radicalmente contrária aos movimentos femininos, entendendo-os como elemento de desintegração familiar.

Em 2018, aconteceu, na cidade do Rio de Janeiro, o 1º Congresso Antifeminista do Brasil. De acordo com reportagem da Revista Época (2018), o evento teve participação majoritariamente masculina, apesar dos palestrantes, em maioria, serem mulheres. O discurso difundido girou em torno da sinalização de que o feminismo tem incompatibilidade com o Cristianismo, que promove uma agenda comunista e caracterização do público feminista como sujo e feio (AGUIAR e PEREIRA, 2019). Uma das falas de repercussão foi proferida por Sara Winter, uma das palestrantes, que ao se posicionar contra o aborto, resumiu a solução para a origem do problema com um “fechem as pernas”.

Mas se por um lado o movimento feminista sofreu tamanhos ataques, por outro lado ao longo da segunda década do século XXI, movimentos, organizações e coletivos feministas se expandiram consideravelmente na sociedade contemporânea como um todo. Fenômeno muito visível, também, no Brasil. A participação de jovens, tanto dos estratos médios quanto dos populares, com formação acadêmica ou não, de mulheres negras, indígenas, das periferias, das metrópoles e do campo vêm revitalizando e ampliando as práticas políticas feministas (ESCOSTEGUY, 2020)

A partir dos eventos ocorridos ao longo dos anos no Brasil, torna-se importante questionar os impactos dessas discussões na educação sexual escolar. Como já mencionado, o pensamento conservador sempre se opôs a qualquer iniciativa de mudança de realidade, uma vez que se baseia em valores tradicionais. Sendo assim, todo e qualquer movimento que envolva uma disruptiva seja no campo social, político ou educacional, acaba por ser alvo da contrariedade de grupos conservadores, incluindo a implementação de intervenções educacionais para a sexualidade com crianças e adolescentes.

Educação sexual no Brasil

As primeiras tentativas explícitas de implementar a educação sexual no Brasil registram das décadas de 1920 e 1930 baseadas em pressupostos higienistas e eugênicos (CÉSAR, 2009). Nesse período, os chamados “desvios sexuais” deixaram de ser percebidos como crime para serem concebidos como doenças e a escola passou a ser tida como um espaço de intervenção preventiva da medicina higiênica, devendo cuidar da sexualidade de crianças e adolescentes a fim de produzir comportamentos ditos na época como “normais” (ALTMANN, 2001).

Ao longo do século XX a instituição escolar passou por fluxos e refluxos sendo, ora conservadora, ora revolucionária, ora progressista, ora liberal (CÉSAR, 2009) fazendo com que a inserção da educação sexual no Brasil não consolidasse uma estabilidade epistemológica ao longo das décadas de 1940 e 1950 (ROSEMBERG, 1985). Os registros de novas tentativas de implementar uma educação sexual nas escolas brasileiras datam do início da década de 1960, a chamada “Segunda Onda” da educação sexual no Brasil. Essa Onda apresentava-se com forte influência epistemológica de movimentos sociais da época, como os movimentos pelos direitos civis, as lutas feministas, o movimento da libertação gay⁴, as reivindicações étnico-raciais e, na América Latina, as lutas contra os regimes ditatoriais. Todo esse contexto teve forte influência nos discursos de tentativas de implementação da educação sexual no país.

Devido ao golpe militar de 1964, que implementou uma ditadura no Brasil e impôs um regime de controle e moralização dos costumes, a educação sexual foi definitivamente banida de qualquer discussão pedagógica por parte do Estado e toda e qualquer iniciativa escolar foi suprimida com rigor. Em 1965, uma portaria do secretário de Estado dos Negócios da Educação do Estado de São Paulo proibiu professores do ensino secundário, em especial os de Biologia e de Sociologia, de exporem nas escolas sobre a sexualidade e sobre a contracepção (WEREBE, 1998). Em 1968 a Comissão Nacional de Moral e Civismo barrou a implementação de um projeto da deputada federal Júlia Steimbruck que propunha a introdução da educação sexual obrigatória nas escolas primárias e secundárias do país (WEREBE, 1998). Esse cenário fez com que até meados

⁴ Movimento de pessoas gays, lésbicas, bissexuais e transgêneros que ocorreu nos Estados Unidos, diversos países da Europa Ocidental e na Oceania em países como Austrália e Nova Zelândia entre as décadas de 1960 e 1970.

da década de 1980, as discussões sobre educação sexual no Brasil ficassem limitadas ao campo intelectual não havendo registros de tentativas de sua implementação escolar ao longo desse período.

Na segunda metade da década de 1980, a epidemia de HIV/AIDS teve um grande impacto na educação, na medida em que crescia o paradigma da informação como “arma” contra a epidemia. Assim, a escola no início dos anos 1990 foi tomada como um lugar fundamental para a propagação de informações sobre o “sexo seguro”, as quais incluíam, além do contágio do HIV/AIDS e outras Infecções Sexualmente Transmissíveis (ISTs), a “gravidez na adolescência”, que para os especialistas começou a ser tomada como um “problema pedagógico” importante (CÉSAR, 2004). Nesse momento, predominou o discurso da saúde e prevenção a respeito da educação sexual no Brasil.

Em 1997 o governo brasileiro produziu um importante documento – os “Parâmetros Curriculares Nacionais” (PCNs) (BRASIL, 1997). Os PCNs foram concebidos como resposta e solução para grande parte dos problemas educacionais no Brasil, bem como resposta à inserção na Constituição de 1988 de temas oriundos dos movimentos sociais, tais como as questões étnico-raciais, o meio ambiente, a educação sexual e as questões de gênero, esquecidas desde os projetos dos anos 1970. Nesse documento constou o fascículo sobre o Tema Transversal “Orientação Sexual”, publicado em 1997, que consolidou definitivamente a escolarização de uma educação do sexo (CÉSAR, 2004).

Embora existam ressalvas a respeito do Tema Transversal “Orientação Sexual” dos PCNs, certamente esses representam um avanço no que diz respeito à abrangência da diversidade de assuntos que envolvem a sexualidade. Fica evidente na análise do documento que esses não mais devem ser trabalhados por um viés meramente biológico, questões de cunho histórico, socioculturais e psicológicas também devem ter atenção e sendo um tema transversal, esse deve permear por todas as áreas do saber.

Analisando os documentos educacionais que sucederam aos PCNs, percebe-se um nítido retrocesso em relação aos pressupostos que guiam a implementação e a prática das intervenções educacionais a respeito da sexualidade nas escolas. Em pesquisa documental, Barbosa, Viçosa e Folmer (2019) apresentam uma análise de como a educação sexual é representada nas diferentes versões do Plano Nacional de Educação (PNE) e da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Reproduziremos aqui alguns pontos compartilhados pelos autores.

A primeira versão do PNE foi apresentada em 2001 (Lei 10.172/2001), documento que determinou diretrizes, metas e estratégias para a política educacional que vigorou até o ano de 2010, nos objetivos e metas para os cursos de formação docente, incluíam-se nas diretrizes curriculares os estudos de temas relacionados às problemáticas tratadas nos temas transversais, especialmente no que se referem às abordagens de gênero, educação sexual, ética, saúde e temas locais. Porém, o referido PNE não foi permanentemente colocado em prática e muitos de seus objetivos e metas não foram contemplados (BARBOSA, VIÇOSA e FOLMER, 2019).

Na proposta de construir um novo PNE, previsto para 2011 – 2020, observa-se que sobre sexualidade, o tema foi contemplado no Eixo II, intitulado: Educação e Diversidade: Justiça Social, Inclusão e Direitos Humanos com as proposições e estratégias de que promovam a igualdade racial, de gênero, por orientação sexual e identidade de gênero, os direitos reprodutivos, de prevenção a abusos e exploração sexual. Entretanto, chama a atenção que no atual PNE 2014 - 2024 as questões de gênero e sexualidade sequer foram citadas. O referido documento limitou-se a um objetivo superficial de superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação (BRASIL, 2014).

Para a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), o tema sexualidade e a educação sexual para o ensino no Brasil foram inseridos de diferentes maneiras a cada nova versão do documento ao longo do tempo. A primeira versão da BNCC foi disponibilizada à consulta pública em setembro de 2015. Nesta versão os temas que perpassam pela sexualidade estiveram previstos em dois momentos do componente curricular de ciências, especificamente na unidade de conhecimento Vida: constituição e Reprodução, proposto para o nono ano do Ensino Fundamental com os componentes e o funcionamento do aparelho genital masculino e feminino e a proposta de compreender as mudanças físicas, fisiológicas e comportamentais ocorridas no processo de puberdade (BRASIL, 2015).

Em seguida, elaborou-se em 2016 a segunda versão da BNCC. Nessa a inclusão do tema sexualidade aparece na Educação Infantil afirmando que:

O corpo expressa e carrega consigo não somente características e físicas e biológicas, mas também marcas de nosso pertencimento social que repercutem em quem somos e nas experiências que temos em relação ao gênero, à etnia ou raça, à classe, à religião e à sexualidade (BRASIL, 2016, p.69).

Mas quando se analisa os objetivos de aprendizagem para os anos iniciais do Ensino Fundamental, é nítido que a proposta de aprendizado se dá exclusivamente por viés biológico:

Perceber que diferenças anatômicas entre os animais, incluindo os seres humanos, estão relacionadas a diferentes formas de realizar funções como a respiração, a alimentação, a excreção e a reprodução (BRASIL, 2016, p.292.).

Já nos anos finais do Ensino Fundamental, o tema sexualidade é inserido nos objetivos de aprendizagem na disciplina de Ciências do oitavo ano com a seguinte proposta:

Relacionar as dimensões orgânica, culturais, afetiva e éticas na reprodução humana, que implicam cuidados, sensibilidade e responsabilidade no campo da sexualidade, especialmente a partir da puberdade (BRASIL, 2016, p.447).

A versão final da BNCC é promulgada pelo Conselho Nacional de Educação em 2017, configurando-se como um documento normativo que visa amenizar a desigualdade no sistema educacional brasileiro, indicando um conjunto de aprendizagens primordiais no desenvolvimento do educando no decorrer da Educação Básica (BARBOSA, VIÇOSA E FOLMER, 2019).

Diante do que foi exposto, a presente pesquisa levanta o seguinte questionamento: como os estudos feministas contribuíram academicamente na luta contra esse retrocesso? Mediante uma revisão sistemática do que foi produzido entre os anos de 2010 e 2020 sobre educação sexual escolar na Revista Estudos Feministas o presente trabalho busca contribuir para o debate da importância que o feminismo junto a outros movimentos sociais tem para o desenvolvimento de uma educação sexual escolar baseada em todos os fundamentos que regem a sexualidade de crianças, adolescentes e adultos.

Metodologia

A *Revista Estudos Feministas*, foi criada no Rio de Janeiro em 1992 e passou a ser editada na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) desde 1999. Trata-se de um periódico científico quadrimestral que publica textos originais em forma de artigos, ensaios e resenhas, sobre as temáticas gênero, feminismos e sexualidades, tanto relativos a uma determinada disciplina quanto interdisciplinares em sua metodologia, teorização e bibliografia (REVISTA ESTUDOS FEMINISTAS, 2021).

Para o levantamento dos textos da revisão foi feita uma navegação nos sumários de todos os números da Revista Estudos Feministas entre 2010 e 2020. Os textos foram selecionados primeiramente pelo título e posteriormente pela leitura do resumo e palavras-chave. Todos os trabalhos que se relacionavam com a educação sexual escolar foram selecionados para leitura na íntegra.

Os textos selecionados foram analisados de acordo com Megid Neto (1999) usando os seguintes descritores gerais: quantitativo de textos por ano, autores e vínculo institucional dos autores. Em relação aos descritores específicos, foram analisados os seguintes aspectos: segmento educacional privilegiado no trabalho, disciplina privilegiada e foco temático.

Resultados e discussão

Para fins de identificação, os trabalhos coletados foram nomeados pela ordem de achado em Doc. 01, Doc. 02, Doc. 03 e assim por diante. Ao todo 23 trabalhos foram analisados, sendo a maioria do ano de 2011 com 12 trabalhos. O segundo ano com mais trabalhos foi 2019 com quatro trabalhos. Os anos de 2013, 2014, 2015, 2016, 2017, 2018 e 2020 tiveram uma publicação cada. Nenhum trabalho foi encontrado nos anos de 2010 e 2012.

A explicação para o fato de um quantitativo expressivo em 2011 é que nesse ano a Revista Estudos Feministas lançou um dossiê temático com chamada de trabalhos que explorassem estudos sobre gênero, sexualidade e demais assuntos relacionados com a temática da revista no campo escolar. Ao todo foram nove artigos de pesquisas empíricas, dois ensaios teóricos e um dossiê que trouxeram diversas discussões sobre os temas citados nos espaços escolares.

Nota-se que entre 2013 e 2018 o tema em questão não foi tão explorado pela Revista e justamente no 1º ano da extrema-direita no poder há uma relativa crescente nesse quantitativo. Os quatro trabalhos do ano de 2019 trouxeram os seguintes temas: questões de gênero no ensino de artes visuais, influência sobre corpo e gênero na prática de ensino de Biologia, violência contra as mulheres nos livros didáticos de história e um relato sobre o curso “Gênero e diversidade na escola”.

Com relação ao vínculo institucional dos autores, ao todo aparecem 23 universidades e institutos. Alguns trabalhos apresentam autores de diferentes instituições, porém, muitas dessas se repetem em diferentes trabalhos. As universidades públicas, sobretudo federais, aparecem em maioria. No total foram identificadas 14 universidades públicas federais, três públicas estaduais, três universidades privadas e três universidades estrangeiras.

Tais informações são indicadores importantes para corroborar o papel das instituições públicas no desenvolvimento da pesquisa no país, o que é fato de domínio público (TEIXEIRA, 2008). A pesquisa científica e tecnológica concentra-se nessas instituições. A presença de universidades estrangeiras evidencia o poder de alcance da revista e o porquê de essa ser um dos melhores periódicos de estudos no campo. Os resultados da análise quanto aos descritores gerais podem ser observados em detalhe no Quadro 1.

Quadro 1: Descritores gerais da produção em educação sexual escolar da Revista Estudos Feministas entre 2010 e 2020.

Documento	Ano de publicação	Título	Autores	Instituição
Doc. 01	2011	Apresentação do Dossiê Gênero e sexualidade no espaço escolar	Cristiani Bereta da Silva e Paula Regina Costa Ribeiro	Universidade do Estado de Santa Catarina / Universidade Federal do Rio Grande
Doc. 02	2011	Escolas mistas, escolas Normais: a coeducação e a Feminização do magistério no Século XIX	June E. Hahner	<i>State University of New York at Albany</i>

Documento	Ano de publicação	Título	Autores	Instituição
Doc. 03	2011	Ser professora, ser mulher: um Estudo sobre concepções de Gênero e sexualidade para um Grupo de alunas de pedagogia	Ana Paula Costa e Paulo Rennes Marçal Ribeiro	Faculdade de Americana / Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Doc. 04	2011	Gênero na prática docente em Educação física: “meninas não Gostam de suar, meninos são Habilidosos ao jogar”?	Helena Altmann, Eliana Ayoub e Silvia Cristina Franco Amaral	Universidade Estadual de Campinas
Doc. 05	2011	Práticas pedagógicas Reprodutoras de Desigualdades: a sub-representação De meninas entre Alunos superdotados	Ana Paula Poças Zambelli dos Reis e Candido Alberto Gomes	Universidade Católica de Brasília
Doc. 06	2011	Sexualidade na sala de aula: Tecendo aprendizagens a partir de um artefato pedagógico	Benícia Oliveira da Silva e Paula Regina Costa Ribeiro	Universidade Federal do Rio Grande
Doc. 07	2011	Juventude ciborgue e a transgressão das fronteiras de gênero	Shirlei Rezende Sales e Marlucy Alves Paraíso	Universidade Federal de Minas Gerais
Doc. 08	2011	Na escola se aprende que a diferença faz a diferença	Berenice Bento	Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Doc. 09	2011	Um bocado de sexo, pouco giz, quase nada de apagador e muitas Provas: cenas escolares envolvendo questões de Gênero e sexualidade	Fernando Seffner	Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Documento	Ano de publicação	Título	Autores	Instituição
Doc. 10	2011	<i>Análisis de textos literarios infantiles: avanzando en la desconstrucción de códigos patriarcales</i>	Sylvia Contreras Salinas e Mónica Ramírez Pavelic	Universidad Complutense de Madrid / Universidad Autónoma de Madrid
Doc. 11	2011	Era uma vez uma princesa e um príncipe...: representações de gênero nas narrativas de crianças	Constantina Xavier Filha	Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Doc. 12	2011	Crianças, gênero e sexualidade: realidade e fantasia possibilitando problematizações	Cláudia Maria Ribeiro	Universidade Federal de Lavras
Doc. 13	2013	Diferença e educação a partir de um olhar <i>queer</i>	Amurabi Oliveira	Universidade Federal de Alagoas
Doc. 14	2014	Normas de gênero em um currículo escolar: a produção dicotômica de corpos e posições de sujeito meninos-alunos	Cristina d'Ávila Reis e Marlucy Alves Paraíso	Universidade Federal de Minas Gerais
Doc. 15	2015	Professoras <i>trans</i> brasileiras em seu processo de escolarização	Neil Franco e Graça Aparecida Cicillini	Universidade Federal do Mato Grosso / Universidade Federal de Uberlândia

Documento	Ano de publicação	Título	Autores	Instituição
Doc. 16	2016	Gênero e esporte: masculinidades e feminilidades na escola	Neil Franco ⁵	Universidade Federal de Juiz de Fora
Doc. 17	2017	Masculinidades e docência na educação infantil	Angelita Alice Jaeger e Karine Jacques	Universidade Federal de Santa Maria
Doc. 18	2018	Feminismos, interseccionalidades e consubstancialidades na Educação Física Escolar	Daniela Auad e Luciano Corsino	Universidade Federal de Juiz de Fora / Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
Doc. 19	2019	Gênero e ensino de Artes Visuais: desafios, armadilhas e resistências	Taís Ritter Dias e Luciana Gruppelli Loponte	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Doc. 20	2019	<i>Problematizando el discurso biológico sobre el cuerpo y género, y su influencia en las prácticas de enseñanza de la biología</i>	Yonier Alexander Orozco Marin	Universidade Federal de Santa Catarina
Doc. 21	2019	Violência contra mulheres nos livros didáticos de História (PNLD 2018)	Susane Rodrigues de Oliveira	Universidade de Brasília

⁵ O autor Neil Franco aparece em dois trabalhos (Doc. 15 e Doc. 16), porém identificado em duas instituições diferentes. De acordo com informações obtidas na plataforma Lattes, o referido autor possuiu vínculo empregatício com a Universidade Federal do Mato Grosso entre os anos de 2010 e 2015 e desde 2015 é servidor na Universidade Federal de Juiz de Fora.

Documento	Ano de publicação	Título	Autores	Instituição
Doc. 22	2019	Educação e gênero: histórias de estudantes do curso Gênero e Diversidade na Escola	Leandro Castro Oltramari e Marivete Gesser	Universidade Federal de Santa Catarina
Doc. 23	2020	Diálogos de gênero na educação: considerações sobre o projeto <i>Lei Maria da Penha vai às escolas</i>	Kristine Kelly de Albuquerque	Centro Universitário do Vale do Ipojuca

Com relação aos segmentos educacionais privilegiados nos trabalhos analisados, nota-se que a maioria não focou em apenas um ou mais segmentos específicos. Observa-se que 13 trabalhos voltaram suas discussões para alguma questão da educação sexual escolar de forma geral sem especificar a fase do desenvolvimento escolar.

Dos trabalhos que privilegiaram algum segmento temos Doc. 10, Doc. 11 e Doc. 17 que se voltaram para a educação infantil; o Doc. 14 para o Ensino Fundamental anos iniciais; Doc. 07, Doc. 20 e Doc. 21 para o Ensino Médio; Doc. 09 que privilegiou o Ensino Fundamental anos finais e o Ensino Médio e o Doc. 03 cujo trabalho foi com o Ensino Superior (Graduação em Pedagogia). Destaca-se aqui o Doc. 22 que trabalhou com formação continuada de professores. Embora essa área não seja classificada como um segmento educacional, a discussão teórico/prática do trabalho volta-se para a educação sexual na formação continuada de professores que já atuam na educação básica.

Tal diversidade de segmentos privilegiados é vista aqui como um fator positivo uma vez que assuntos ligados à sexualidade ainda ficam muito a cargo dos professores de Ciências e Biologia (DINIS; ASSINELLI-LUZ, 2007), docentes que atuam apenas no Ensino Fundamental anos finais e Ensino Médio. A sexualidade em sua gama de assuntos deve ser trabalhada em todas as faixas etárias tendo o discurso adequado para cada uma dessas fases da vida e da escolaridade. É fundamental que professores de todas as disciplinas e segmentos estejam preparados para esse trabalho.

Apenas seis trabalhos tiveram uma disciplina específica como foco da sua produção, sendo os Doc. 04, Doc. 16 e Doc. 18 Educação Física; Doc. 19 Arte; Doc. 20 Biologia e

Doc. 21 História. Os demais documentos trouxeram abordagens interdisciplinares ou sem disciplina especificada.

Os estudos voltados para Educação Física tiveram as seguintes abordagens: Doc. 04: analisou como o gênero perpassa a prática docente em Educação Física. Com os resultados encontrados foram problematizados o planejamento e seleção de conteúdos e conflitos aparentes e velados. De acordo com as autoras, Altmann, Ayoub e Amaral (2011) as questões de gênero não são consensuais entre os/as docentes e foram consideradas por alguns/as no planejamento das aulas. Diferenças de desempenho de meninos e meninas nas práticas corporais aparecem como a principal fonte de conflitos e o aspecto mais considerado durante o planejamento. O Doc. 16 traz uma resenha do livro “Educação física escolar: relações de gênero em jogo” de Helena Altman que problematiza sobre a educação física escolar e na forma como as relações de gênero encontram-se em jogo nesse contexto. Já o Doc 18 analisa a sub-representação das meninas e mulheres na Educação Física escolar e debate formas de transgressão engendradas por alunas e docentes, que buscam uma prática pedagógica capaz de cruzar fronteiras cristalizadas pela tradição, a partir de uma perspectiva de Educação Física escolar que propicie o debate e a transformação dos arranjos de gênero polarizados e binários.

O Doc. 19 apresenta os resultados de uma revisão realizada nos anais dos principais eventos de arte e educação que abordaram a temática gênero. As autoras afirmam que o estudo se origina de uma inquietação suscitada pela ausência de pesquisas acadêmicas que articulem estudos de gênero e ensino de Artes Visuais. No Doc. 20 temos um ensaio com propósito central de reconhecer a necessidade de problematizar o discurso biológico sobre gênero e corpo, e sua circulação nos contextos escolares como um conhecimento científico neutro e objetivo, baseado no pressuposto de gênero normalizado e corpo ideal. Por fim, no Doc. 21 são analisadas as representações de violência contra mulheres em cinco livros didáticos de História, aprovados no PNLD de 2018 para o Ensino Médio. Baseando-se em estudos feministas interseccionais, propõe leituras e abordagens possíveis das narrativas didáticas em sala de aula, tendo em vista um ensino de História para o combate à violência contra mulheres.

A interdisciplinaridade encontrada assim como a relativa diversidade de disciplinas que foram abordadas nos trabalhos que se voltaram para uma área específica do saber, também é vista como algo positivo pois em questão de política educacional a educação sexual é um tema transversal (BRASIL, 1997) e, portanto, deve circular por todas as áreas do saber.

Todos os trabalhos analisados tiveram os estudos das relações de gênero como tema principal, porém, com os mais diversos enfoques. Alguns exemplos são: representatividade feminina na educação, violência contra mulher, professores homens na educação infantil, percepção de diversidade de gênero de professores, entre outros. O enfoque que mais se repetiu foram estudos que abordaram a Teoria Queer presente nos Doc. 13, Doc. 14 e Doc. 15.

O Doc. 13 traz uma resenha do livro “Teoria Queer: um aprendizado pelas diferenças” de Richard Miskolci. O livro busca lançar um olhar sociológico a partir da Teoria Queer sobre a dinâmica do processo educativo, em especial o escolar. O Doc. 14 apresenta um trabalho que resulta de uma pesquisa desenvolvida com os objetivos de observar e analisar a produção de corpos e posições de sujeito meninos-alunos em um currículo escolar. As autoras analisam a atuação de normas de gênero na constituição dicotômica de corpos masculinos e femininos, no currículo pesquisado. O Doc. 15 contextualiza os caminhos percorridos e os obstáculos enfrentados por professoras trans brasileiras durante seu processo de escolarização e inserção na docência. Seus relatos, analisados pelos autores à luz das teorias pós-críticas, sobretudo a Teoria Queer, elucidaram suas vidas escolares emaranhadas por processos de resistências e enfrentamentos constantes desde a educação básica, passando pela educação superior e mantendo-se na atuação docente.

A ênfase nas questões de gênero é esperada tratando-se do foco da revista. Como já relatado anteriormente, a conquista da institucionalização da educação sexual que só foi concretizada em 1997 (CESAR, 2004) via o tema Transversal “Orientação Sexual”, foi fruto de muita luta de movimentos sociais – incluindo o movimento feminista – junto a intelectuais e professores que desde a “Segunda Onda” da educação sexual no Brasil no início da década de 1960 reivindicavam uma educação sexual para além dos pressupostos biológicos e higienistas.

Considerações Finais

Destaca-se o fato de que mesmo em meio a um cenário político e social de constantes ataques e deturpações sofridas pela área da educação sexual e a repulsa pela sua implementação nas escolas, esse campo segue resistindo muito graças a atuação dos movimentos sociais que historicamente lutaram por sua concretização. Dentre esses

movimentos destaca-se o movimento feminista assim como a comunidade LGBTQIAP+ que também são vítimas desses ataques e deturpações.

Ressalta-se também a importância que a pesquisa acadêmica tem no que diz respeito a promoção de discussões, divulgação de informações confiáveis e resultados de trabalhos que dão base para a resistência na luta pela consolidação do campo e na busca da melhor compreensão de seus propósitos e fundamentos pela sociedade. É necessário esclarecer a opinião pública e eliminar o retrocesso no campo epistemológico para que tal alcance se consolide. A produção da Revista Estudos Feministas apresenta-se como um forte veículo de estudos de qualidade a esse respeito.

Referências

- AGUIAR, Bruna Soares; PEREIRA, Matheus Ribeiro. O antifeminismo como backlash nos discursos do governo Bolsonaro. *Agenda Política*, v. 7, n. 3, p. 8-35. 2019. Disponível em: <<https://www.agendapolitica.ufscar.br/index.php/agendapolitica/article/view/271>> Acesso em: 14 abri. 2021
- ALTMANN, Helena. Orientação sexual nos Parâmetros Curriculares Nacionais. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 2, n. 9, p. 575-585, jul./dez. 2001.
- BARBOSA, Luciana Uchôa; VIÇOSA, Cátia Silene Carrazoni Lopes; FOLMER, Vanderlei. A educação sexual nos documentos das políticas de educação e suas ressignificações. (2019) *Revista Eletrônica Acervo Saúde* 11(10), 1-10. doi: <https://doi.org/10.25248/reas.e772>. Acesso em: 08 Set. 2019.
- BARROCO, Maria Lúcia Silva. *Ética: fundamentos sócio-históricos*. São Paulo: Cortez. 2009.
- BRASIL. Parâmetros curriculares nacionais: pluralidade cultural, orientação sexual. Brasília: Secretaria de Educação Fundamental. MEC/SEF, 1997. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro102.pdf>> Acesso em: 04 Mar. 2020
- BRASIL. Plano Nacional de Educação - PNE. Plano Nacional de Educação 2014 - 2024. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2014. 86 p. (Série legislação; n. 125) 2014.
- BRASIL. Nota Técnica n. 24/2015. Brasília: Ministério da Educação. 2015

DOI: 10.12957/e-mosaicos.2023.64434

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Segunda versão revista. Brasília, MEC/CONSED/UNDIME, 2016.

CÉSAR, Maria Rita de Assis. Da escola disciplinar à pedagogia do controle. Tese (Doutorado) - Faculdade de Educação, Unicamp, 2004.

CESAR, Maria Rita de Assis. Gênero, sexualidade e educação: notas para uma “epistemologia”. Educar em Revista, Curitiba, n. 35, p. 37-52, 2009.

DE ALMEIDA, Ronaldo. Bolsonaro Presidente: conservadorismo, evangelismo e a crise brasileira. Novos Estudos, v. 38 n. 1, p. 185-213. 2019. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/nec/v38n1/1980-5403-nec-38-01-185.pdf>> Acesso em: 14 abr. 2021

DINIS, Nilson; ASINELLI-LUZ, Araci. Educação sexual na perspectiva histórico-cultural. Educar em Revista. n. 30, p. 77 87, 2007.

ESCOSTEGUY, Ana Carolina. Comunicação e Gênero no Brasil: discutindo a relação. Revista eco-pós (ONLINE), v. 23, n. 3 p. 103-138, 2020.

FERREIRA, Guilherme Gomes. Conservadorismo, fortalecimento da extrema-direita e a agenda da diversidade sexual e de gênero no Brasil contemporâneo. Lutas Sociais, v. 20 n. 36, p. 166-178. Jan/jun 2016. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/l/article/view/31855/pdf>> Acesso em: 12 abr. 2021

REVISTA ÉPOCA. “Fechem as pernas”: o que pensam os participantes do 1º Congresso Antifeminista do Brasil. 2018. Disponível em: <<https://epoca.globo.com/feche-as-pernas-que-pregam-os-participantes-do-1-congresso-antifeminista-do-brasil-22964525>> Acesso em 29 abr. 2021

REVISTA ESTUDOS FEMINISTAS. Sobre a Revista. 2021. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/about>> Acesso em: 23 abr. 2021

REVISTA EXAME. Pesquisa Ibope comprova que brasileiros estão mais conservadores. 2016. Disponível em: <<https://exame.com/brasil/pesquisa-ibope-comprova-que-brasileiros-estao-mais-conservadores/>> Acesso em: 29 abr. 2021

SEVERO, Denise Osório. Impactos da ascensão dos movimentos de extrema-direita sobre os Direitos Humanos no contexto do Brasil: uma proposta de matriz de análise. Revista Eletrônica Interações Sociais, v. 4, n. 1, p. 14-19 Jan/Jun. 2020. Disponível em: <<https://seer.furg.br/reis/article/view/12005>> Acesso em: 12 abr. 2021

DOI: 10.12957/e-mosaicos.2023.64434

SILVA, Adriana Brito; BRITES, Cristina Maria; OLIVEIRA, Eliane de Cássia Rosa; BORRI, Giovanna Teixeira. A extrema-direita na atualidade. *Serviço Social e Sociedade*, n. 119, p. 407-45, jul./set. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282014000300002> Acesso em: 20 abr. 2021.

SILVA, Fabricio Pereira. Quinze anos da onda rosa latino-americana: balanço e perspectivas, *Observador On-line*, v.9 n.12. 2014. Disponível em: <https://www.academia.edu/24574677/Quinze_anos_da_onda_rosa_latino-americana_balan%C3%A7o_e_perspectivas> Acesso em: 14 abr. de 2021.

TEIXEIRA, Paulo Marcelo Marini. Pesquisa em Ensino de Biologia no Brasil (1972-2004): um estudo baseado em dissertações e teses. (Tese de doutorado em Educação). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP. 2008.

WEREBE, Maria José Garcia. Sexualidade, Política e Educação. Campinas: Editora Autores Associados, 1998.

Recebido em 3 de janeiro de 2022

Aceito em 13 de junho de 2023



A e-Mosaicos Revista Multidisciplinar de Ensino, Pesquisa, Extensão e Cultura do Instituto de Aplicação Fernando Rodrigues da Silveira (Cap-UERJ) está disponibilizada sob uma Licença *Creative Commons - Atribuição - NãoComercial 4.0 Internacional*.

Os direitos autorais de todos os trabalhos publicados na revista pertencem ao(s) seu(s) autor(es) e coautor(es), com o direito de primeira publicação cedido à e-Mosaicos.

Os artigos publicados são de acesso público, de uso gratuito, com atribuição de autoria obrigatória, para aplicações de finalidade educacional e não-comercial, de acordo com o modelo de licenciamento *Creative Commons* adotado pela revista.